

O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual

Maria Rita de Assis César

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, Brasil.

mritacesar@yahoo.com.br

Resumo: A partir de algumas análises propostas por Michel Foucault no primeiro volume de sua *História de Sexualidade*, este texto aborda a constituição histórica dos sujeitos das anomalias sexuais, em particular a homossexualidade, o hermafroditismo e a transexualidade. A primeira parte do texto aborda a produção do dispositivo da sexualidade enquanto processo de captura de corpos e práticas sexuais pelos saberes e poderes médico, jurídico e psi, bem como aponta alguns de seus desdobramentos contemporâneos tal como analisados por Judith Butler. Num segundo momento mais breve e conclusivo, analisamos a atualidade do texto literário de Virginia Woolf, Orlando, para a discussão contemporânea de questões relativas ao corpo, ao desejo, à produção da heteronormatividade e à patologização da transexualidade. Orlando nos oferece um interessante ponto de apoio na medida em que ele/ela interroga e relativiza as verdades estabelecidas pelo dispositivo da sexualidade.

Palavras-Chave: Foucault; dispositivo da sexualidade; Virginia Woolf; Judith Butler; transexualidade.

The sexual deployment yesterday and today: on the constitution of the subjects of sexual abnormality

Abstract: Taking as its departure some crucial discussions proposed by Michel Foucault in the first volume of his *History of Sexuality*, this text discusses the historic constitution of the subjects of sexual abnormalities such as homosexuality, hermaphroditism and transsexuality. The core of the text is the discussion of Foucault's notion of sexual deployment as the historic process thru which bodies and sexual practices were captured by powers and knowledges such as the medical, the juridical and the psychological. We also propose to examine this Foucauldian analysis in its contemporary developments as theorized by Judith Butler. In a short and conclusive second part, we analyze the actuality of Virginia Woolf's Orlando concerning the body, desire, the production of heteronormativity and transsexuality as pathology. Orlando offers us an interesting point of analysis inasmuch as he/she interrogates and relativizes the truths validated by the sexual deployment.

Key-words: Michel Foucault; sexual deployment; Virginia Woolf; Judith Butler; transsexuality.

O sistema sexo-corpo-gênero

Em seu livro *História de Sexualidade vol.1. A vontade de saber*, Michel Foucault questionou a ideia naturalizada que nos fazemos da sexualidade como dado da natureza cuja verdade intrínseca pode ser apreendida pelas ciências médicas e psicológicas. Para destacar seu caráter artificioso como instância de regulação de corpos, comportamentos e produção de subjetividades, ele formulou sua noção acerca do “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 100) como uma rede de saberes e poderes que se apropriam do corpo em sua materialidade viva e, assim, o investem de significação e inteligibilidade. Foi

Recebido em 20 de outubro de 2016. Aceito em 10 de janeiro de 2017.



seguindo esta grade interpretativa que Foucault pôde mostrar que a sexualidade atravessou os séculos XIX e XX como um crucial elemento organizador e definidos da verdade mais íntima dos sujeitos, isto é, como foco aberto e privilegiado para uma série de escrutínios e investigações capazes de produzir inúmeros efeitos de normalização e patologização sobre a vida de indivíduos e populações.

Com a reelaboração do conceito de sexualidade como um dispositivo disciplinar e biopolítico, Michel Foucault demonstrou o caráter histórico da produção do sexo e da sexualidade ao longo dos séculos XVIII-XIX-XX, além do seu funcionamento crucial na composição de um sistema instituído sobre a premissa de uma correlação verdadeira e indissolúvel entre sexo-corpo-desejo. Foucault nos mostrou em suas análises histórico-genealógicas que a partir de meados do século XIX os corpos e as práticas eróticas de crianças, mulheres, rapazes e mesmo do casal foram esquadrihados em vista do estabelecimento da fronteira entre normalidade e patologia, em uma operação que fundiu os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental. (FOUCAULT, 1984, p. 29) A nomeação e classificação dos sujeitos da sexualidade se deu a partir de uma engenharia conceitual e institucional que escrutinou os corpos e descreveu minuciosamente práticas sexuais, hierarquizando a ambos entre normais ou anormais. Numa palavra, uma vez constituído o dispositivo histórico da sexualidade, o sexo (com seus misteriosos desejos, com sua fisiologia complexa, com suas aberrações assustadoras) se tornou uma instância privilegiada de determinação da verdade mais íntima dos sujeitos e de sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade, separando-se os indivíduos e as populações entre os que constituem perigos a serem socialmente disciplinados, vigiados, castigados e os que fornecem o parâmetro para as boas sociabilizações.

A fim de ampliar essa discussão, devemos também nos perguntar sobre a ação do dispositivo da sexualidade na constituição do sistema sexo-corpo-gênero. Embora a abordagem desse problema requeira a mobilização de outros conceitos e autoras, em particular os questionamentos de Butler sobre o gênero (BUTLER 1989) e as interrogações propostas pela teoria queer (BOURCIER 2011, p. 143), esta é uma questão que, ao menos num plano inicial, pode ser analisada por meio da noção foucaultiana de dispositivo da sexualidade. Trata-se, neste contexto, de interrogar a constituição de novas subjetividades a partir da formação do dispositivo da sexualidade, em particular aqueles novos sujeitos que irão habitar os porões, não necessariamente mal iluminados, da sociedade da segunda metade do século XIX. Dentre uma miríade de figuras das assim chamadas “sexualidades periféricas” (FOUCAULT, 1999, p. 41), isto é, as práticas sexuais não-normativas, Michel Foucault privilegiou em suas reflexões a produção de pelo menos quatro novas subjetividades produzidas no âmbito do dispositivo histórico da sexualidade: a criança masturbadora, a mulher histérica, o jovem homossexual e o casal não malthusiano. (FOUCAULT, 1984, p. 47) Para a presente análise, recortamos em particular a figura do sujeito homossexual, tal como ela foi produzida por meio do discurso médico. Segundo Foucault:

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre como natureza singular. (FOUCAULT, 1984, p. 43)

Foucault ressalta um importante artigo de 1879, escrito pelo médico alemão Westphal, no qual se descrevem as “sensações contrárias”, tomando-o como a data de nascimento do sujeito homossexual. Nesse artigo, a homossexualidade foi descrita como uma categoria psicológica, psiquiátrica e médica. Para Foucault:



A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia inferior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1984, p. 43-44)

No curso de 1975 proferido no *Collège de France*, *Os anormais* (2001), Foucault trouxe à luz uma série de ‘casos’ de hermafroditas, mostrando-nos ser possível traçar sua análise genealógica a partir das distintas formas de abordagem desses indivíduos ao longo de quatro séculos. No século XVIII, após a identificação de que um mesmo indivíduo portava os dois sexos em um mesmo corpo, determinou-se que este indivíduo poderia escolher entre um dos dois sexos. O aspecto mais importante então era a proibição da sodomia, para a qual poderia haver uma condenação jurídica, levando mesmo à pena de morte do infrator. (FOUCAULT, 2001, p. 93) Foucault analisou uma vasta literatura médico-jurídica sobre hermafroditas entre os séculos XVI e XIX, farta e rica no detalhamento quanto aos exames dos corpos e as penalidades aplicadas em cada momento dado. No transcurso daquele período histórico, o que o autor percebeu foi um deslocamento em relação à abordagem da questão, isto é, gradualmente o/a hermafrodita deixava de ser tomado/a como um monstro da natureza e passava a ser tomado/a como um caso médico, uma anormalidade anatômica e fisiológica e, sobretudo, um caso que não estaria fora da natureza, mas que se tornaria uma monstruosidade de caráter, o que, mais tarde, iria aproximá-lo da criminalidade. (FOUCAULT, 2001, p. 93) Assim, as condenações posteriores ao exame médico, já a partir do século XVIII, possuem o sentido de uma reintegração ao sexo verdadeiro. Há uma enorme preocupação com a vestimenta, que deveria ser condizente com o sexo determinado pelo saber médico e, sobretudo, que o casamento fosse realizado com um indivíduo do sexo oposto.

Aquilo que se observa nessa longa jornada histórica em torno dos/as hermafroditas diz muito sobre a configuração do dispositivo da sexualidade, o qual somente se estabeleceu por completo ao longo do século XIX. No interior do dispositivo da sexualidade não se pode tolerar qualquer dubiedade na determinação do sexo, de modo que se não houver perfeita correspondência entre o sexo e uma anatomia definida, então será necessária a produção de uma verdade médica que estabeleça a correta definição. Além disso, tornou-se fundamental a constituição de hábitos e vestimentas condizentes com a condição daquilo que passou a ser entendido como o sexo verdadeiro e, por fim, a determinação da união com o sexo oposto, única e exclusiva união matrimonial, também ela a única verdadeira. Dessa forma, por meio da análise dos casos de hermafroditismo, ao descrever o próprio funcionamento do dispositivo da sexualidade Michel Foucault deu o passo inicial na direção de se compreender como, por fim, também veio a se produzir o sistema corpo-sexo-gênero entre os séculos XVIII e XIX.

Judith Butler, não por acaso inspirando-se em Michel Foucault, retorna à discussão sobre os hermafroditas justamente para desconstruir o sistema corpo-sexo-gênero em seu caráter discricionário e produtor de efeitos de subordinação e desvalorização de práticas e de sujeitos. Suas importantes análises sobre indivíduos hermafroditas cirurgicamente ‘corrigidos’ ao nascer demonstram a persistência de uma importante continuidade com certas práticas médicas e jurídicas do passado. Por certo, esses indivíduos contemporâneos não são mais definidos como monstros a serem eliminados, nem tampouco são classificados como criminosos, todavia, ainda são indivíduos que, perante o olhar médico e jurídico, necessitam de uma importante ‘correção’ e adequação, por meio de intervenções cirúrgicas realizadas logo ao nascer (BUTLER, 2001, p. 19), a fim de se adequarem à norma que estabelece o sexo em sua verdade. Em suma, o saber médico ainda determina qual é o sexo verdadeiro de um indivíduo e a cirurgia é então realizada para a retirada de qualquer vestígio do sexo invasor, o falso sexo. Ainda para nós, portanto, continua sendo impossível suportar a dubiedade anatômica, na medida em que isso também pode significar uma dubiedade do desejo. Afinal, somente é possível suportar a existência de um corpo cujo sexo corresponda de maneira fidedigna ao desejo que, por sua vez, é entendido como compatível à verdade daquele sexo. Eis, portanto, constituída a regra de ouro da heterossexualidade normativa, como nos ensinou Butler.



Butler argumenta que os substantivos “homem” e “mulher”, bem como os atributos e predicados de gênero que lhes são correspondentes historicamente, somente assumem sua rígida estabilidade substancial quando submetidos a parâmetros normativos organizados pelo binarismo de gênero e pela heterossexualidade como regra compulsória. Para a autora, sem o pressuposto fundamental da heterossexualidade como regra de base não haveria porque reiterar continuamente a diferença binária entre homem e mulher como o critério de determinação da inteligibilidade e da estabilidade dos sexos e dos gêneros. O que está em jogo aqui é o estabelecimento de uma cadeia causal entre sexo-gênero-desejo, na qual os corpos e sexos opostos devem se atrair e os iguais devem se afastar. Portanto, as normas sociais que estabelecem e afirmam a continuidade necessária entre sexo, gênero, prática sexual e desejo são as mesmas que produzem e proíbem as quebras nessa cadeia de nexos sistemáticos. A noção do “verdadeiro sexo”, criticada com justeza por Foucault em sua discussão do caso de Herculine Barbin (FOUCAULT 1983), depende, portanto, de um quadro normativo prévio que estabelece a necessária continuidade estável e causal entre sexo biológico, gênero, práticas sexuais e desejos. O mesmo argumento também pode ser formulado a partir da ideia de que sem o constante reforço social do imperativo heterossexual e reprodutivo, não faria sentido produzir discursivamente o corpo como matéria organizada e classificada a partir de noções relativas ao ‘sexo’ e ao gênero. Se o ‘sexo’ é uma ficção, um ideal regulador, este ideal está previamente pautado pelo imperativo da heterossexualidade reprodutiva, o qual exige a diferenciação sexual, o binarismo de gênero e a atração dos gêneros opostos.

Se, na esteira de Foucault e de Butler, compreendermos o funcionamento do dispositivo da sexualidade e da heterossexualidade compulsória, poderemos então interrogar os não tão novos sujeitos da normalização contemporânea e do sistema corpo-sexo-gênero, em particular a experiência transexual. Quem são estes corpos que agora habitam as margens periféricas superpopulosas do dispositivo da sexualidade em seu exercício contemporâneo? Transexuais e travestis apreendidos/as no interior dos dispositivos da sexualidade e da heteronormatividade são aqueles/as que Judith Butler chama de “corpos que não pesam” (Butler, 1999, p. 171), isto é, corpos que não valem, que não importam e que podem ser descartados sem mais. Na linha de Foucault, Butler argumenta que a produção de sujeitos sexualmente inteligíveis é também a produção de sujeitos abjetos, “aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito.” (BUTLER 1999, p.155) Há, pois, uma dialética incontornável entre a produção do sujeito inteligível e viável e a produção do não-sujeito, da abjeção ininteligível, inviável: este não-sujeito, ou este ainda-não-sujeito, não deve ser entendido como mero resultado da constatação de um desvio em relação à norma, como se a produção do sujeito normal fosse independente da produção do sujeito anormal. Butler considera que a produção do sujeito viável é também e simultaneamente a produção do não-sujeito ou da abjeção, de modo que ambos seriam indissociáveis. Assim, os sujeitos abjetos “formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (BUTLER 1999, p. 155), de modo que para que haja sujeitos inteligíveis é também preciso que haja um domínio de abjeções a serem definidas. Toda formação social depende da existência de um vasto domínio bem povoado de abjeções contra o qual ela se defende e, assim, funda sua inteligibilidade e seus limites. Em outras palavras, não haveria circunscrição de um domínio inteligível de sujeitos sem a existência de zonas povoadas por abjeções.

Para Butler, aqui distintamente de Foucault, o sujeito viável é aquele que expelle para o exterior a abjeção que ele porta consigo, de modo que é por meio de um ato de auto-repressão e repúdio internos, socialmente regulados e induzidos por controles e discursos reiterados, que se exteriorizaria a abjeção que funda e delimita o contorno do sujeito normal. Entretanto, ao enfatizar que o sujeito sexualmente inteligível está associado à produção de um domínio de abjeções, Butler também ressalta que mesmo os sujeitos das vidas vivíveis, os não-abjetos, vivem constantemente assombrados por instabilidades na marcação da materialidade sexual e generificada de seus corpos. Afinal, mesmo eles não têm como garantir de uma vez por todas que tal materialidade esteja de uma vez por todas assegurada e não sujeita a instabilidades



e perturbações ocasionais. A partir dessas ideias Butler procura definir um “recurso crítico na luta para rearticular os próprios termos da legitimidade e da inteligibilidade simbólicas.” (BUTLER, 1999 p. 156) Não se trataria, portanto, de promover uma recusa absoluta de toda normatividade social, o que conduziria a luta dos movimentos LGBT ao “*pathos* do fracasso perpétuo”. (BUTLER 199, p. 156) Ao lado dos discursos políticos que enfatizam a identidade de gênero como recurso para a mobilização da luta política, Butler ressalta a positividade democrática de discursos políticos que enfatizam a “*desidentificação*” com as categorias normativas hegemônicas de sexo e gênero.

Diferentemente dos/as hermafroditas do passado e, sobretudo, dos atuais intersex, corrigidos/as cirurgicamente logo ao nascer, travestis e transexuais em geral iniciam suas transformações corporais na puberdade, momento em que também são vítimas de variadas formas de exclusão, normalização e violência. Estes corpos, como observou Berenice Bento, podem ser:

(...) corpos pré-operados, pós-operados, hormonizados, depilados, retocados, siliconizados, maquiados. Corpos inconclusos, defeitos e refeitos, arquivos vivos de histórias de exclusão. Corpos que embaralham as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o real e o fictício, e que denunciam, implícita ou explicitamente, que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social. (BENTO, 2006, p. 19-20)

No livro *A reinvenção do corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006), Berenice Bento analisou um conjunto de aspectos que produzem a experiência transexual, desde a sua inserção no Código Internacional de Doenças, em 1980, até as lutas de coletivos sociais pelos direitos de cidadania, além das experiências de entrevistadas/os que podem ser acolhidas no universo amplo da experiência transexual. Segundo a autora (2006):

A experiência transexual é um dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, sendo possível observá-la como acontecimento histórico. No século XX, mais precisamente a partir de 1950, observa-se um saber sendo organizado em torno dessa experiência. A tarefa era construir um dispositivo específico que apontasse os sintomas e formulasse um diagnóstico para os/as transexuais. Como descobrir o “verdadeiro transexual”? (p. 132).

Assim como Foucault e Butler, Bento também demonstra o ávido apetite do discurso médico em abocanhar a experiência transexual, produzindo-a como anomalia a ser tratada e, talvez, também corrigida. A autora parte da tese da invenção da transexualidade a partir da segunda metade do século XX, encontrando no discurso médico todos os elos dessa cadeia de construção. Teses médicas fortemente apoiadas no dispositivo da sexualidade, na heterossexualidade compulsória e no dimorfismo sexual, produziram protocolos para o diagnóstico do “verdadeiro transexual” (BENTO, 2006, p. 43), isto é, aquele ou aquela passível de submissão às cirurgias de retificação genital. Assim, a experiência transexual é convertida em anomalia mental e, ao ser tomada como patologia, será somente após a execução de um longo protocolo médico-psicológico que se concederá o direito ao sujeito transexual de se submeter pelo serviço público de saúde à cirurgia de transgenitalização ou de adequação sexual. Como se percebe, este protocolo está submetido a critérios oriundos do dispositivo da sexualidade, em conexão com o sistema corpo-sexo-gênero e com a heterossexualidade normativa. Por isso, o olhar médico irá tentar assegurar uma suficiente feminilidade ou masculinidade ao corpo que será submetido à cirurgia de adequação. Ao analisar algumas experiências transexuais antes da cirurgia, Judith Butler afirma que muitas vezes toda uma série de “investigações e inspeções podem ser entendidas ... como a intenção violenta de implementar a norma e como a institucionalização daquele poder de implementação”. (BUTLER 2004, p. 67-68)

Para Butler, gênero e sexualidade não são atributos de um indivíduo pensado em isolamento, mas são instâncias normativas em vista das quais se estabelecem relações e se obstruem relações, em suma, são instâncias normativas por meio das quais se definem as condições de viabilidade e vivibilidade social das



vidas humanas. Trata-se, pois, de superar uma concepção atomista e individualista do gênero e do sexo, assim como também se trata de recusar uma noção limitada da normatividade como instância que apenas opera restrições e proibições, visto que o trabalho crítico de desfazer normas excessivamente rígidas e severas, as quais impossibilitam a vida, somente se pode fazer em nome de outras formas de existência, as quais também possuem sua própria normatividade. O 'eu' que cada um é encontra-se, deste modo, sempre constituído por um conjunto de normas sociais das quais ele depende em suas relações com os demais, de modo que cada um é dependente dessas normas, ao mesmo tempo em que também se pode estabelecer uma distância crítica em relação a elas, suspendendo-as, negando-as ou buscando transformá-las quando a preservação da própria existência depende dessa desconstrução normativa. Tanto em Foucault quanto em Butler, a crítica é, pois, a interrogação dirigida a normas que constroem e por vezes tornam uma vida impossível, visando então tornar possível outras formas de viver, sob outras normatividades.

Assim, os movimentos intersex contemporâneos lutam para desestabilizar ideais normativos a respeito da anatomia sexual humana, em vista dos quais se define como deve ser um corpo humano com respeito à sua anatomia sexual e o que não é considerado como um corpo propriamente humano, o qual deveria então passar por cirurgias de correção e readaptação corporal ao gênero designado pelo médico. No entanto, Butler não é *a priori* nem contra nem a favor destas cirurgias de redesignação, pois seu propósito é interrogar criticamente quais transformações normativas poderiam fazer com que o dilema entre operar ou não operar uma criança fosse experimentado de maneira menos traumática pela criança e por seus pais. Para Butler (2004, p.7), deve-se pensar e praticar a teoria *queer* menos como instância de recusa de toda forma de estabilidade identitária, e sim como recusa de toda forma de legislação que imponha coações e force a definição da identidade de gênero ou sexual:

eu gostaria de sugerir que mais importante que toda pressuposição acerca da plasticidade da identidade, ou mesmo a respeito de seu status retrógrado, é a reivindicação de oposição da teoria *queer* à legislação não desejada de identidade. Afinal de contas, o ativismo e a teoria *queer* adquiriram saliência política ao insistir que qualquer um pode se engajar no ativismo antihomofóbico, desconsiderando-se a orientação sexual, e que marcadores de identidade não são pré-requisito para a participação política. Do mesmo modo como a teoria *queer* se opõe aos que pretendem regular identidades ou estabelecer demandas epistemológicas de prioridade para quem quer que apresente reivindicações por certos tipos de identidades, ela também busca não apenas expandir a comunidade de base do ativismo antihomofóbico, como ainda insiste em que a sexualidade não é facilmente resumida ou unificada por categorias. Não se segue, portanto, que a teoria *queer* se oponha a toda forma de atribuição de gênero ou que ela duvide dos desejos daqueles que querem assegurar tais designações para crianças intersexuais, por exemplo, as quais bem podem precisar delas para operar socialmente, mesmo que, depois, mais tarde, venham a mudar aquela designação em sua vida, sabendo dos riscos. (...) De maneira similar, o desejo transexual de se tornar um homem ou uma mulher não deve ser desconsiderado como um simples desejo de conformar-se a categorias de identidade estabelecidas. (BUTLER 2003, pp.7-8)

Orlando e um outro aprendizado do corpo

Orlando é o personagem em torno ao qual Virginia Woolf redigiu a ficção *Orlando* (2008), publicada em 1928 e dedicada a Victoria Sackville-West, escritora aristocrata e grande amor de Woolf (KNOPP, 1988, p. 24). Orlando é um fidalgo que viveu na corte isabelina no século XVII e que, aos 30 anos, se transformou em uma mulher. A narrativa acompanha a vida de Orlando ao longo de três séculos, o que produz uma sensação de deslocamento temporal que contribui em grande medida para a relativização histórica da nossa relação com a sexualidade, com o corpo, os comportamentos sociais relativos aos gêneros e também aos desejos.

Em certa medida, *Orlando* pode ser tomado como uma reflexão sobre a sexualidade vitoriana. (KAIVOLA, 1999, p. 238) O raio do século XIX é narrado na obra como a chegada de uma bruma úmida e fria que assola o Reino Unido, produzindo o recolhimento dos indivíduos e a transformação nos modos de habitar



e vestir, além de modificações intensas nos modos de se relacionar com o sexo oposto. (WOOLF, 2008, p. 151) A importância do casamento, da fidelidade, dos filhos para a mulher, tudo isso é exposto de maneira a interrogar os novos preceitos e sujeitos então nascentes. Entretanto, o olhar de Orlando é sempre estrangeiro, ela/ele vem de uma experiência de outros tempos, e que para ele/ela são tempos que se sobrepõem e assim produzem formas inusitadas de reflexão sobre o presente.

Ainda como fidalgo do século XVII, Orlando se apaixona por uma figura que, à primeira vista, poderia ser tanto um rapaz como uma dama, Sacha, uma princesa russa de caráter independente e tempestuoso, uma mulher cujos modos e vigor não seriam próprios aos das damas nobres. (WOOLF, 2008, p. 29). Depois surge a arquiduquesa Griselda de Finster-Aarhorn que, apaixonada por Orlando, deixa-o desconfortável e confuso quanto ao amor, a ponto de ele solicitar ao rei que o enviasse a Constantinopla como embaixador (WOOLF, 2008, p. 77). No decurso de uma revolução na Turquia, após um sono de muitos dias, Orlando despertou com um corpo de mulher.

Quando finalmente retornou à corte inglesa, já no século XVIII, Orlando foi plenamente aceito como mulher, mas restavam pequenas suspeitas: ela então se deparou com processos nobiliários e judiciais que a acusavam de ter casado com uma mulher, apontando a existência de filhos naturais, bem como pondo em questão seu próprio sexo. Sem empreender qualquer questionamento pessoal ou psicológico sobre sua atual condição, Orlando inicia um aprendizado do feminino, das roupas, sapatos, do modo de andar, das formas de resolver problemas sem valer-se da estocadas de espadas. Entretanto, ao longo do texto a demarcação entre o masculino e o feminino é sempre dúbia e entendida por Orlando quase como pragmática. Assim, o/a 'biógrafo/a' de Orlando afirma que:

A mudança havia sido produzida sem sofrimento e completa, de tal modo que Orlando parecia não estranhar. Muita gente, a vista disso, e sustentando que a mudança de sexo é contra a natureza, esforçou-se em provar, primeiro: que Orlando sempre tinha sido mulher; segundo: que Orlando é, neste momento, homem. Decidam-se biólogos e psicólogos. (WOOLF, 2008, p. 92)

Os amores de Orlando sempre deixavam alguma dúvida, primeiro por Sacha, por quem Orlando se apaixonou antes mesmo de saber se se tratava de uma moça ou de um rapaz, depois a arquiduquesa Finster-Aarhorn, que mais tarde revelou-se como um arquiduque, e que se apaixonou, primeiro pelo Orlando-rapaz, e depois pelo Orlando-mulher. Experimentando ambas as vestimentas, durante o dia os vestidos de brocado e à noite os trajes masculinos, Orlando despertava paixões em homens e mulheres. Vestida de homem ou de mulher, primeiramente não via qualquer diferença, mas com o passar do tempo começou a experimentar sensações distintas como medo, timidez, destemor, vaidade, atribuindo ao vestuário a razão dessas diferenças. "Alguns filósofos diriam que a mudança de vestuário tinha muito a ver com isso. Embora parecendo simples frivolidades, as roupas, dizem eles, desempenham mais importante função que a de nos aquecerem, simplesmente. Elas mudam a nossa opinião a respeito do mundo, e a opinião do mundo a nosso respeito." (WOOLF, 2008, p. 124) A voz de Woolf pode ser escutada ainda hoje como uma reflexão sobre as relações entre sexo, gênero e comportamento social. Para Woolf-biógrafa:

A diferença entre os sexos tem, felizmente, um sentido muito profundo. As roupas são meros símbolos de alguma coisa profundamente oculta. Foi uma transformação do próprio Orlando que lhe ditou a escolha das roupas de mulher e do sexo feminino. E talvez nisso ela estivesse expressando apenas um pouco mais abertamente do que é usual – a franqueza, na verdade, era a sua principal característica – algo que acontece a muita gente sem ser assim claramente expresso. Pois aqui de novo nos encontramos com um dilema. Embora diferentes, os sexos se confundem. Em cada ser humano ocorre uma vacilação entre um sexo e outro; e às vezes só as roupas conservam a aparência masculina ou feminina, quando, interiormente, o sexo está em completa oposição com o que se encontra à vista. Cada um sabe por experiência as confusões e complicações que disso resultam (...). (WOOLF, 2008, p. 124-5)



Essa perspectiva expressa por Virginia Woolf sobre a sexualidade e a diferença sexual, que também pode ser compreendida contemporaneamente como um questionamento quanto ao sistema normativo de sexo-gênero, transpassa toda a obra, tanto em relação a Orlando como também para com outros/as personagens, pois neles sempre há alguma característica que transborda aquele sistema. Assim, Orlando muda frequentemente o vestuário, confundindo e embaralhando os gêneros e transgredindo as normas. Para o/a narrador/a: “(...) não tinha dificuldade em sustentar o duplo papel, pois mudava de sexo muito mais frequentemente do que podem imaginar os que só usaram uma espécie de roupas.” (WOOLF, 2008, p. 146)

É somente no século XIX que chega finalmente o veredicto sobre as pendências jurídicas e o parecer sobre o verdadeiro sexo de Orlando. “Meu sexo – leu em voz alta, com certa solenidade – é declarado, indiscutivelmente e sem sombra de dúvida (que dizia eu há um minuto, Shel?), feminino.” (WOOLF, 2008, p. 169) Shel também perguntava a Orlando se ela não seria um homem. O parecer veio na forma de documento, com lacre, selos, fitas e assinaturas, demonstrando assim que autoridades no assunto haviam finalmente decidido o verdadeiro sexo de Orlando. Tal como Orlando, também Herculine Barbin, a hermafrodita do século XIX cujos diários foram editados por Foucault, teve o seu verdadeiro sexo atribuído por meio de uma autoridade médico-jurídica (FOUCAULT, 1983). Entretanto, diferentemente de Orlando, Herculine Barbin, que se sentia confortável como mulher vivendo entre mulheres, ao ser declarada um homem precisou aprender um modo de vida que de todo não lhe pertencia. Orlando cruzou os séculos e sua quase imortalidade lhe garantiu que fosse sempre estrangeiro, habitando os tempos com um distanciamento que lhe permitiu indefinições. Herculine, prisioneira do século XIX, só habitou aquele momento sombrio descrito por Virginia Woolf como nebuloso e úmido. Aquele foi o momento em que se distribuíram os corpos, colocando-os obrigatoriamente na norma sexual, como descreveu Michel Foucault. O nome Orlando permaneceu o mesmo sem qualquer susto ou problema – *Lord Orlando* ou *Lady Orlando*; já Herculine, ao ser declarado homem, foi abrigada/o a ter outra identidade e passou a ser Abel Barbin (FOUCAULT, 1983. p. 85).

Ao mencionar a querela em torno a esses nomes, concluímos esse texto mencionando a experiência transexual contemporânea, a qual tem demonstrado a importância do nome social, isto é, de um nome que acolha e produza pertencimento ao gênero ‘escolhido’.¹ A utilização do nome social de travestis e transexuais é uma questão importante trazida à tona pelos próprios coletivos sociais. Embora já reconhecido em algumas instituições e motivo de projetos de leis e decretos, o nome social ainda permanece sendo um tabu. Em se tratando da experiência escolar, sobretudo, o nome social aparece como fator constante de distúrbio da ordem, e muitas vezes a escola não compreende que o problema se encontra justamente no fato de sua recusa pela instituição. Orlando, diferentemente das experiências contemporâneas normativas da transexualidade, é a construção literária da não-domesticação, da desnaturalização, ou ainda da resistência à normatização da sexualidade, talvez porque pareça ser imortal e, assim, atravessa os tempos sem ser contaminado por eles. No final do texto, quando um pássaro sobrevoa sua cabeça, Orlando grita: *É o ganso (...) – o ganso selvagem...* ‘Selvagem’, esta é a melhor designação para o seu não-lugar em um mundo que para ele/a permanece em aberto, um lugar em que nada está concluído, nem o corpo, nem o desejo.

NOTAS

1. É importante ressaltar que a ideia de escolha é sempre muito frágil, pois as experiências transexuais demonstram múltiplas formas de estar no mundo como homem e mulher.



REFERÊNCIAS

- BENTO, B. A. de M. 2006. *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM.
- BUTLER, J. 1989. *Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge.
- _____. 1999. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In.: LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado*. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. 2001. *La cuestión de la transformación social*. In: BERCK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J.; PUIGVERT, L. *Mujeres y transformaciones sociales*. Barcelona: El Roure.
- _____. 2004. *Undoing Gender*. Nova York: Routledge.
- FOUCAULT, M. 1983. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____. 1984. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 5ª ed. São Paulo: Graal.
- _____. 2001. *Os anormais*. SP: Martins Fontes.
- KAVIOLA, K. 1991. Re-visiting Woolf's representation of androgyny. *Tulsa Studies in Women's Literature*. V. 18. n. 2, p.235-261.
- KNOPP, S. 1988. If I saw you would you kiss me? Sapphism and the subversion of Virginia Woolf's Orlando. *PMLA*. V. 103, n. 1, p. 24-34.
- WOOLF, V. 2008. *Orlando*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.